O DESPACHANTE

Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique // Boletim Informativo



Salmate Chuaibo, Presidente da CDA

EDITORIAL:

Expansão, afirmação e Projecção global da CDA

8 ENTREVISTA

Assembleia Geral: Esta casa não é de quem a preside. É de quem dela precisa.

Sábito Romeu - Presidente de Mesa da Assembleia Geral - CDA

22 ENTREVISTA

Liderança e visão: Novo rumo do CEP Tete e o papel estratégico do despachante aduaneiro

António Saene - Presidente da CEP Tete

Destaque



8

Entrevista:

Assembleia Geral: Esta casa não é de quem a preside. É de quem dela precisa, **Sábito Romeu**

22

Entrevista:

Liderança e visão: Novo rumo do CEP Tete e o papel estratégico do despachante aduaneiro, **António Saene**





28

FUTURO DIGITAL

CDA participa na Conferência e Feira de Tecnologias da Organização Mundial das Alfândegas nos Emirados Árabes Unidos

PROPRIEDADE

CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

Rua João Carlos Raposo Beirão, 508 R/C,

Maputo - Mozambique

T +258 21 305 504

C +258 87 307 6704

E info@cda-mz.org

w www.cda-mz.org

DIRECTOR

Salmate Chuaibo

EDIÇÃO E DESIGN

Mais Comunicação

TIRAGEM

100 exemplares

REGISTO

Dispensa de registo nº 92/Gabinfo/dec/2025

CÂMARA DOS DESPACHANTES
ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

MEMBROS DOS ÕRGÃOS SOCIAIS PARA O TRIÊNIO DE 2024 -2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



Júlia Carrilho
Vice-Presidente da MAG
C. Prof. Nº 002400210912



Sábito Romeu
Presidente da MAG
C. Prof. Nº 006700640912



Nelson Rede
Secretário da MAG
C.Prof. Nº 013801360313

PRESIDENTE DA CDA



Salmate Chuaibo Daud
Presidente da CDA
C. Prof. Nº 003203360921

CONSELHO DIRECTIVO



Nelson Coutinho
Vice – Presidente Centro
C. Prof Nº 014201400313



Zacarias M. Mabunda
Vogal Centro – CD
C. Prof. Nº 018901850413



Pedro A. S. Saulosse
Tesoureiro da CDA
C. Prof. Nº 006900660912



Madalena Chambule
Vogal Sul – CD
C. Prof. Nº 0118011603130921



José M. Manuel
Vogal Norte CD
C.Prof. Nº 005500520520



Albino S. G. Dimene
Vice – Presidente. Norte
C. Prof. Nº 001200090912

CONSELHO DEONTOLÓGICO E FISCALIZADOR



Deca Tito
Vogal Norte - CDF
C. Prof Nº 008903190319



Joaquim Manguaiana
Vogal Centro - CDF
C. Prof. Nº 01360134031 3



Pedro Chissico
Presidente do CDF
C. Prof. Nº 004300400912



Flora Macuvele
Vogal Sul - CDF
C. Prof. Nº 004000370912



Humberto Guibunda
Vogal Sul - CDF
C.Prof. Nº 003700340912

Por uma Câmara Coesa, Interventiva e Próspera

Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique



Salmate Chuaibo
Presidente da CDA

Anteriores Presidentes da CDA



Victor Nelson Matos de Sousa
2021 – 2023



Dixon John Noé Chongo
2015 – 2020



Carlos Faustino F. da Gama Afonso
2011 – 2014

INSTITUCIONAL

CDA: A Âncora do Sector Aduaneiro Nacional

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) é uma instituição de direito público, criada a 11 de janeiro de 2011, que representa e regula o exercício da actividade dos despachantes aduaneiros no país. Actualmente, a instituição é presidida pela Despachante Aduaneira Salmate Chuaibo, eleita para o mandato 2024–2026.

EDITORIAL:

O Regresso de uma Voz Forte: Unidade, Modernização e Projecção Global

É com enorme orgulho que colocamos novamente nas mãos dos nossos associados, parceiros e leitores a revista "O Despachante". Após um período fora de circulação, a nossa publicação oficial regressa com acrescida força, reflectindo o actual momento de expansão e afirmação da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA). Este regresso espelha uma classe que se moderniza e se consolida como um actor fulcral na facilitação do comércio, na segurança logística e na arrecadação de receitas para o Estado.

Com um universo de 216 membros e uma actuação descentralizada de Maputo às delegações da Beira e de Nacala, a nossa vitalidade institucional emana da transparência e união da classe.

Esta edição destaca o percurso marcante do colega Sábito Romeu, com quatro mandatos exemplares na liderança da Mesa da Assembleia Geral, um legado de democracia interna robusta e a convicção pessoal de que a instituição será sempre maior do que as pessoas. Ao mesmo tempo, celebramos a eleição do colega António Saene para a Presidência do Conselho Empresarial Provincial (CEP) de Tete, consolidando a nossa voz no topo do Diálogo Público-Privado e no coração dos grandes corredores logísticos regionais. O ressurgimento da nossa revista coincide, fundamentalmente, com um momento de forte expansão institucional, numa altura em que a CDA assume também posições de relevo e liderança em vários organismos económicos de referência no País, com destaque para a CTA, onde assumo a Vice-Presidência do Conselho Fiscal, e a Câmara de Comércio de Moçambique (CCM).

O fortalecimento da CDA exige também um compromisso intransigente com a legalidade e o combate cerrado ao exercício ilegal da profissão. Nesta caminhada, importa sublinhar a excelente relação de parceria com a Autoridade Tributária e as Alfândegas de Moçambique, um sucesso colectivo que resulta directamente da sábia e firme liderança que conduz estas prestigiadas instituições. Em estreita coordenação com estas entidades avançamos convictos na aplicação do Decreto n.º 90/2023, controlando o acesso aos recintos aduaneiros e eliminando a interferência de indivíduos não autorizados. Paralelamente, apostamos na vanguarda técnica com acções nacionais sobre Regras de Origem de Mercadorias e no alinhamento com a transformação digital, exemplificada pela desmaterialização dos serviços fitossanitários.

No plano internacional, a CDA alcançou um marco histórico ao assumir a Vice-Presidência para a Região de África da ASAPRA, posto que tenho a honra de liderar e que atesta o nosso prestígio além-fronteiras. Esta projecção global é alimentada por conexões estratégicas em fóruns máximos na Bélgica, no Japão e nos Emirados Árabes Unidos, onde celebrámos o convénio com o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo para potenciar a formação técnica através da plataforma EduComex.

A revista O Despachante reafirma-se como a grande cronista desta trajectória de sucesso. Convido cada associado a acompanhar estas conquistas e a participar activamente na construção de um sector aduaneiro moçambicano cada vez mais forte, ético e competitivo.

Salmate Chuaibo / Presidente da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA)



Salmate Chuaibo / Presidente da CDA



GOVERNAÇÃO

Assembleia Geral: O Pilar Deliberativo e Transparente da Classe

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) assegura com rigor, no quadro das suas atribuições estatutárias, a realização regular das suas Assembleias Gerais Ordinárias. Estes encontros funcionam como órgão máximo de deliberação da instituição e constituem espaços privilegiados de participação directa dos seus membros na definição clara dos rumos da organização.

A Assembleia Geral assume-se como momento fundamental para a apreciação minuciosa do desempenho institucional, a avaliação criteriosa dos resultados alcançados e a definição das grandes prioridades estratégicas da CDA. Desta forma, reforçam-se os princípios de transparência, responsabilidade mútua e boa governação que orientam a actuação diária da agremiação.

No âmbito destas sessões, os membros são formalmente chamados a analisar e deliberar sobre matérias de alta relevância para a vida da instituição. Entre os pontos de agenda, destacam-se a apreciação do Relatório e Contas, a aprovação detalhada dos instrumentos de gestão financeira e a fixação das linhas orientadoras para o desenvolvimento das actividades da Câmara.

A realização regular destas Assembleias reflecte de forma inequívoca o compromisso da CDA com uma gestão inteiramente participativa e responsável. Garante-se, assim, que os membros acompanhem de forma activa a evolução da instituição e contribuam directamente para a consolidação dos objectivos estratégicos delineados.

Estas sessões decorrem em perfeita conformidade com os Estatutos da CDA, instituídos por Decreto Regulamentar, constituindo um pilar indispensável de prestação de contas e de fortalecimento da democracia associativa, em benefício directo de toda a classe dos despachantes aduaneiros e do desenvolvimento institucional da Câmara.



















Sábito Romeu / Presidente da Mesa da Assembleia Geral - CDA

ENTREVISTA

Assembleia Geral: Esta Casa não é de quem a preside. É de quem dela precisa.

Sábito Romeu
(Presidente da Mesa da Assembleia Geral - CDA)

Ao fim de quatro mandatos à frente da Mesa da Assembleia Geral da CDA, Sábito Romeu faz um balanço memorável da liderança que transformou a instituição e deixa ideias estratégicas para o futuro da classe.

LIDERANÇA INSTITUCIONAL E CONTINUIDADE

Ao exercer o seu quarto mandato como Presidente da Mesa da Assembleia Geral - PMA, como interpreta hoje o papel estatutário de dirigir e garantir a legalidade dos trabalhos?

Antes de mais, gostaria de agradecer aos membros que contribuíram para o sucesso do meu percurso como PMA. Após quatro mandatos, colaborando com três Presidentes de mandatos diferentes, aprendi que o papel da Mesa se resume a três pilares fundamentais:

- Ser guardiã dos Estatutos: A Mesa deve ser o primeiro exemplo de isenção. As regras aplicam-se com absoluto rigor e igual medida para todos os membros, sem distinção.

- Ser facilitadora do debate: Dirigir não significa calar as vozes. Significa garantir que todas as sensibilidades se expressem com ordem e dentro do tempo estipulado, para que a decisão final goze de total legitimidade perante a classe.

- Ser garante da continuidade: A legalidade não se esgota no momento da votação. As decisões tomadas hoje servem de jurisprudência para situações futuras. Actas bem lavradas e procedimentos claros são o que confere confiança a quem nos sucede.

O meu compromisso sempre foi um só: garantir que cada membro saísse da Assembleia com a certeza de que a sessão foi democrática, transparente e isenta de vícios.

A condução das AGs é uma das competências centrais da Mesa. Quais melhorias foram introduzidas ao longo dos seus mandatos para reforçar a organização e a eficácia?

A Mesa foi profissionalizada sem perder a essência associativa e a abertura ao contraditório saudável de ideias. Destaco três medidas concretas:

Antecedência e transparência: Passámos a publicar no jornal e a enviar rigorosamente a convocatória e toda a documentação de apoio com trinta e dez dias úteis de antecedência, respectivamente. O membro chega às AGs devidamente informado, o que torna o debate mais rico e célere.

Gestão do tempo de interacção: Procurámos equilibrar o tempo de interacção em assembleia. O resultado prático foi imediato: sessões que antes se arrastavam por muitas horas passaram a durar cerca de três horas e meia, com um volume muito maior de deliberações conclusivas.

Actas digitais em dez dias: Com o auxílio de equipamento tecnológico adquirido para as sessões, todas as actas são digitalizadas e disponibilizadas aos membros da CDA para a consulta necessária, tendo sido criado um arquivo histórico. Isto acabou em definitivo com o "diz-que-disse" e reforçou a confiança e a transparência.

Que evolução destaca no funcionamento da Assembleia Geral desde o início do seu percurso até ao momento actual?

A maior evolução foi, sem dúvida, cultural. Mudámos a forma de pensar, de agir e de nos relacionarmos com os membros. Substituímos o antigo clima de "cada um por si" por uma postura de coesão, sob o lema de que a união faz a força. Hoje, a AG afirma-se como o órgão máximo de estratégia da Câmara, com forte presença e impacto.

A participação em matérias de interesse dos membros cresceu para perto de 70%. E isto aconteceu porque devolvemos utilidade prática à Assembleia. Criámos sessões de esclarecimento para temas mais complexos e técnicos, além de um "Espaço Extraordinário" para dar voz a quem precisa de fazer uma crítica ou trazer uma opinião contraditória. Se antes aprovávamos orçamentos ou contas com uma longa lista de recomendações, hoje aprovamo-las por unanimidade, com poucas considerações relevantes.

A minha maior victória não foi alcançar o quarto mandato. Foi ajudar a transformar este órgão — a As-

sembleia Geral — e, sobretudo, ver a CDA sair do estado de embrião e virar uma instituição reconhecida.

TRANSPARÊNCIA, LEGALIDADE E CONFIANÇA

Compete à Mesa zelar pela regularidade das deliberações e pelo cumprimento dos estatutos. Que práticas têm sido determinantes para garantir transparência e credibilidade?

A credibilidade constrói-se através de processos visíveis. Instituímos duas práticas que hoje considero fundamentais:

Pontualidade e rigor: Cumprimos rigorosamente o calendário das assembleias, sem falhar uma única sessão, mesmo nos momentos mais desafiantes, como o período da pandemia. A minha presença física foi total e permanente ao longo destes 12 anos, de corpo e alma, sem espaço para queixas ou justificações. Foi puro amor à camisola.

Registo formal e transparência: Tudo o que é deliberado é vertido em acta de forma fiel. Entendo que transparência não significa falar mais, mas sim garantir que qualquer membro consiga acompanhar, conferir e auditar o histórico da nossa rota institucional.

Como a Assembleia Geral tem contribuído para reforçar a confiança dos membros na governação da Câmara?

A Assembleia deixou de ser um órgão meramente legislativo e fiscalizador ou um fórum de relatórios e prestação de contas. Passou a ser uma parceira activa da governação, o fórum ideal para o debate e a apresentação de soluções. Tornou-se um lugar de propostas concretas e votações. Quando o membro vê a sua própria ideia registada, debatida e integrada na governação da CDA, o seu nível de confiança na liderança eleva-se significativamente.

GOVERNAÇÃO E COESÃO DA CLASSE

Como avalia o nível de participação e envolvimento dos membros na assembleia ao longo dos anos?

Testemunhei uma verdadeira virada de chave. No início, a participação era tímida; era quase necessário indicar ou insistir para que os presentes pedissem a palavra. Felizmente, transitámos de uma participação simbólica e passiva para uma presença funcional e altamente activa.

Mais importante do que a quantidade é a qualidade do debate. Antes, a palavra circulava entre três ou quatro sócios do costume. Hoje, gerimos listas concorridas de oradores, com membros que solicitam a palavra para expor ideias pertinentes e de elevado valor técnico.

De que forma a Mesa tem assegurado o equilíbrio entre as diferentes sensibilidades e visões existentes dentro da classe?

O papel fundamental da Mesa é garantir que a AG não seja capturada por um grupo específico ou por ideias predefinidas. Adoptamos a paridade na ordem de trabalhos e seguimos à risca a neutralidade na condução e o equilíbrio no tempo de intervenção.

O nosso compromisso sempre foi assegurar que todos os pontos de vista fossem acolhidos e integrados, e não que apenas a visão dos órgãos sociais saísse vencedora. A ninguém foi cortada a palavra por pensar de forma diferente. Damos rigorosamente o mesmo espaço tanto a quem concorda quanto a quem discorda. Na prática, isto significa ouvir as posições contrárias, abrir o debate ao plenário e só então submeter a matéria a votação. Regra igual, tempo igual. O Estatuto preconiza que todos os membros são iguais; a Mesa apenas garante que, no terreno, isso seja uma realidade concreta.

Como a Mesa acompanha o cumprimento das deliberações aprovadas e a observância dos estatutos?

A Mesa não tem funções executivas, mas funciona como a memória estrita da Assembleia, lembrando sistematicamente os temas pendentes. Em cada AG ordinária, o primeiro ponto da agenda é, invariavelmente, a análise do "Grau de Cumprimento das Deliberações Anteriores". Com base na leitura da acta precedente, o Conselho Directivo reporta e clarifica o ponto de situação à assembleia.



A Mesa funciona como um farol: não conduz o barco, mas emite o aviso quando este se afasta da rota. Prova da eficácia deste acompanhamento preventivo é que, em quatro mandatos, não precisámos de deliberar mais do que dois recursos de processos disciplinares.

Como caracteriza a articulação institucional entre a Assembleia Geral e os demais órgãos sociais?

Caracterizo-a sob o princípio da separação de poderes e da cooperação mútua. Cada órgão conhece perfeitamente a sua esfera de actuação, mas todos entendemos que o jogo é colectivo. Mantemos uma separação total de poderes: a Mesa nunca interfere nos processos executivos do Conselho Directivo e, muito menos, do Conselho Deontológico e Fiscalizador. A nossa missão é garantir que os recursos e as matérias cheguem à AG devidamente instruídos, completos e em conformidade legal. Autonomia sem articulação gera ruído desnecessário no seio do mandato.

BALANÇO E VISÃO DE FUTURO

Que balanço faz do seu percurso até ao momento? Quais são as prioridades que ainda pretende concretizar?

Faço um balanço de dever cumprido, e com a consciência de que servir uma instituição é um processo contínuo. A casa ficou com um legado de clareza: processos transparentes, práticas consolidadas e uma cultura de respeito. Quem vier encontra caminhos já trilhados.

Este percurso exigiu entrega total, muitas vezes à custa de tempo pessoal. Mas nunca deixei que isso beliscasse a minha isenção. Servi por amor à camisola e por acreditar profundamente no valor da nossa classe.

Às portas do término do mandato, considero prioridades:

Aprovação do Código de Conduta da AG, institucionalizando o respeito que já conquistamos no terreno;

Assegurar uma transição serena e exemplar, com toda a documentação organizada para que o próximo PMA encontre a casa perfeitamente arrumada e pronta para continuar.

Que desafios institucionais antecipa para a AG no contexto de transformação do sector aduaneiro? Que mensagem deixa aos membros?

O sector aduaneiro transforma-se a um ritmo acelerado, impulsionado por realidades como a Janela Única, a figura do Operador Económico Autorizado, a digitalização total de processos e a inteligência artificial. Isto coloca dois grandes desafios à nossa Assembleia:

Velocidade versus Democracia: Teremos de tomar decisões de forma muito mais rápida, mas sem atropelar o espaço de debate. A solução passa por fomentar participações permanentes, reservando as sessões extraordinárias para as grandes discussões estratégicas — nomeadamente os impactos da Inteligência Artificial, a competitividade do mercado e os desafios em torno da não obrigatoriedade do uso da figura do despachante.

Competência Técnica: Seremos chamados a legislar e deliberar sobre temas de elevada complexidade técnica, exigindo constante actualização de todos.

Mensagem à Classe:

Colegas, a Assembleia fica constituída com a existência de quórum. Tem força com a vossa presença activa dentro da sala. Participem massivamente. Quem opta por não participar deixa outros decidirem por si.

Cuidem da vossa magna Casa, a Assembleia Geral, com o zelo com que cuidam dos vossos barcos. Se o casco da nossa democracia interna rachar, toda a Câmara vai ao fundo.

Cresci nesta Casa. Aprendi com os aplausos e com as críticas. E deixo a Casa maior do que a encontrei.

"Esta Casa não é de quem preside. É de quem dela precisa."



ALCANCE GLOBAL

Liderança da CDA Assume Vice-Presidência da ASAPRA durante Fórum no Brasil

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) alcançou um importante e histórico marco na sua trajectória institucional ao assumir, durante um prestigiado encontro internacional realizado no Brasil, a Vice-Presidência para a Região de África da Associação Internacional dos Despachantes Aduaneiros Profissionais (ASAPRA), uma das mais consagradas organizações representativas da classe a nível mundial.

A representação do continente africano nesta estrutura de liderança global da ASAPRA é assegurada pela Presidente da CDA, Salmate Chuaibo. O facto constitui um claro reconhecimento internacional da credibilidade, da forte capacidade de liderança e da valiosa contribuição da instituição para o desenvolvimento da actividade aduaneira no continente e no mundo.

Esta distinção de relevo reforça o posicionamento internacional da CDA e amplia as oportunidades de cooperação com associações congéneres, organismos internacionais e entidades directamente ligadas ao comércio externo. Trata-se de uma importante plataforma para a promoção dos interesses dos despachantes aduaneiros moçambicanos e africanos nos principais fóruns de discussão e tomada de decisão do sector.

No âmbito da sua participação regular nas actividades da ASAPRA, a CDA tem igualmente consolidado a sua presença em eventos internacionais dedicados ao comércio externo e à actividade aduaneira. Estas acções promovem a troca de experiências, a partilha de conhecimentos e o acompanhamento das tendências globais que influenciam a evolução do sector.

A assunção desta Vice-Presidência para África representa não apenas uma conquista institucional para a CDA, mas também um motivo de enorme orgulho para Moçambique, ao conferir maior visibilidade ao país nas discussões internacionais sobre facilitação do comércio, modernização aduaneira, transformação digital e desenvolvimento das competências profissionais.

Através desta representação, a CDA reafirma o seu compromisso com a valorização da profissão, a capacitação contínua dos seus membros e o fortalecimento da cooperação internacional, contribuindo para uma maior integração dos despachantes aduaneiros africanos e para a promoção de um comércio internacional mais eficiente, seguro e competitivo.



ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

Cooperação entre a CDA e a Autoridade Tributária fortalece o sector aduaneiro

A relação de cooperação institucional entre a Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) e a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), através da Direcção-Geral das Alfândegas, continua a afirmar-se como um dos pilares fundamentais para o fortalecimento do sector aduaneiro nacional.

Ao longo dos anos, a presença regular dos dirigentes da Autoridade Tributária e das Alfândegas nas actividades promovidas pela CDA tem constituído uma demonstração inequívoca do espírito de parceria e do compromisso conjunto com a modernização do sistema aduaneiro, a facilitação do comércio e a melhoria contínua do ambiente de negócios em Moçambique.

A CDA reconhece e valoriza o papel desempenhado pela liderança da AT e das Alfândegas na promoção de um diálogo aberto e construtivo com os despachantes aduaneiros, permitindo a identificação de desafios, a partilha de soluções e o aperfeiçoamento constante dos procedimentos que regulam o comércio internacional.

Esta colaboração tem contribuído para a harmonização de práticas, a redução de constrangimentos operacionais, o reforço da transparência e da integridade dos processos aduaneiros, bem como para a implementação de medidas orientadas para a simplificação e digitalização dos serviços.

A presença e o envolvimento dos dirigentes da Autoridade Tributária e das Alfândegas nas iniciativas da CDA representam um importante sinal de confiança mútua e de reconhecimento do papel dos despachantes aduaneiros como parceiros estratégicos no desenvolvimento económico do país, na facilitação do comércio e na mobilização de receitas para o Estado.

A CDA mantém o seu compromisso de continuar a trabalhar em estreita articulação com a Autoridade Tributária de Moçambique e com a Direcção-Geral das Alfândegas, promovendo uma cultura de cooperação institucional que contribua para um sistema aduaneiro cada vez mais moderno, eficiente, transparente e alinhado com as melhores práticas internacionais.







REPRESENTAÇÃO

Voz Activa no Sector Privado: Quadros da CDA assumem cargos de relevo na CTA e na CCM

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA), enquanto membro da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e da Câmara de Comércio de Moçambique (CCM), reforçou a sua presença nas estruturas de governação e representação empresarial destas organizações.

Actualmente, a Presidente da CDA, Salmate Chuaibo, exerce as funções de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da CTA, contribuindo para o fortalecimento institucional e para a prossecução dos objectivos da maior organização representativa do sector privado moçambicano.

A presença da CDA estende-se igualmente a outras estruturas da CTA, através de representantes da instituição que desempenham funções de relevo em diversos órgãos e pelouros. Entre estes, destacam-se António Saene, Presidente do Conselho Empresarial Provincial de Tete; Albino Dimene, Vice-Presidente do Conselho Empresarial Distrital de Nacala; Pedro Saulosse, Vice-Presidente do Pelouro de Política Fiscal, Aduaneira e Comércio Internacional; e Adélio Tiago Assane, Vice-Presidente do Pelouro de Política Fiscal, Aduaneira e Comércio Internacional do Conselho Empresarial da Zambézia.

No âmbito da Câmara de Comércio de Moçambique, a CDA encontra-se igualmente representada por Mauro Pereira, que exerce as funções de Presidente do Pelouro de Política Fiscal e Aduaneira, contribuindo para a análise, discussão e formulação de propostas orientadas para o aperfeiçoamento do sistema fiscal e aduaneiro nacional.

A participação activa destes representantes nas estruturas da CTA e da CCM constitui um importante reconhecimento do contributo dos despachantes aduaneiros para o desenvolvimento económico nacional e reforça a capacidade de intervenção da CDA nos processos de diálogo público-privado e na defesa dos interesses do sector empresarial.

Através desta representação, a CDA continua empenhada em contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, a facilitação do comércio, o fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), a promoção do conteúdo local e a valorização do capital humano, em alinhamento com os objectivos estratégicos da CTA e da CCM para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

A crescente participação dos representantes da CDA na CTA e na CCM evidencia o reconhecimento da competência técnica e da experiência da classe dos despachantes aduaneiros, consolidando o seu papel como parceiro estratégico na promoção do comércio, do investimento e da competitividade da economia moçambicana.





FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

CDA contribui para a simplificação de procedimentos, a remoção de barreiras e o reforço da competitividade

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) participa activamente nos processos de facilitação do comércio, assumindo um papel relevante na articulação entre os diversos intervenientes da cadeia logística e do comércio internacional.

Neste âmbito, a instituição integra as reuniões da Comissão Técnica e da Comissão Directiva do Comité Nacional de Facilitação do Comércio, fóruns que reúnem entidades públicas e privadas com a missão de promover a simplificação dos procedimentos comer-



ciais, a remoção de barreiras operacionais e o fortalecimento da competitividade da economia nacional.

Através da sua participação, a CDA contribui com a experiência e o conhecimento técnico dos despachantes aduaneiros, apresentando propostas e recomendações orientadas para a melhoria contínua dos processos de importação, exportação e trânsito de mercadorias, bem como para o reforço da eficiência e previsibilidade das operações comerciais.

A presença da CDA nestes mecanismos de consulta e coordenação evidencia o reconhecimento do papel estratégico dos despachantes aduaneiros na facilitação do comércio e no desenvolvimento económico do país, reforçando a sua contribuição para a implementação de medidas alinhadas com as melhores práticas internacionais.

Ao participar activamente nos trabalhos do Comité Nacional de Facilitação do Comércio, a CDA reafirma o seu compromisso com a modernização dos procedimentos aduaneiros, a promoção de um ambiente de negócios mais favorável e o fortalecimento da cooperação entre os sectores público e privado, em benefício do comércio e do desenvolvimento sustentável de Moçambique.



COOPERAÇÃO

De olhos postos na formação: CDA assina convénio com despachantes de São Paulo nos Emirados Árabes Unidos

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) celebrou um Convénio de Parceria com o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo, reforçando a sua estratégia de cooperação internacional, capacitação profissional e desenvolvimento institucional.

O convénio tem como principal objectivo viabilizar o acesso dos membros da CDA à plataforma EduComex, permitindo a implementação de programas de formação especializados nas áreas aduaneira, logística e do comércio internacional.

Esta iniciativa enquadra-se no compromisso permanente da CDA com a qualificação contínua dos seus membros, promovendo a actualização de conhecimentos, a partilha de experiências, a adopção de boas práticas internacionais e o fortalecimento das competências técnicas necessárias ao exercício da actividade de despachante aduaneiro.

A parceria representa um passo relevante no processo de modernização do sector aduaneiro moçambicano, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional, o aumento da competitividade dos profissionais nacionais e a consolidação de um perfil profissional cada vez mais alinhado com os padrões internacionais do comércio e da logística global.

Com esta cooperação, a CDA reafirma o seu compromisso de continuar a criar oportunidades de formação e valorização profissional para os seus membros, fortalecendo o papel da instituição na promoção de uma classe mais preparada, competitiva e adaptada aos desafios actuais do comércio internacional.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Eficiência no Agronegócio: CDA apoia modernização e desmaterialização de serviços fitossanitários

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) participou no lançamento de uma plataforma digital desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), em parceria com a Trade-Mark Africa, destinada à modernização dos processos de emissão de certificados e licenças fitossanitárias.

A iniciativa enquadra-se nos esforços de transformação digital e simplificação administrativa que vêm sendo implementados no sector público, com o objectivo de tornar os processos mais céleres, transparentes e eficientes, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios e para a facilitação do comércio agrícola.

A nova plataforma permitirá reduzir o tempo de tramitação dos pedidos, harmonizar procedimentos e reforçar a qualidade dos serviços prestados aos operadores económicos, agricultores, exportadores, importadores e demais intervenientes da cadeia de valor agrícola.

A participação da CDA nesta iniciativa demonstra o seu interesse permanente em acompanhar os processos de modernização dos serviços públicos que impactam directamente as actividades de comércio externo e os procedimentos de importação e exportação de mercadorias.

Através do envolvimento em iniciativas desta natureza, a CDA reafirma o seu compromisso com a facilitação do comércio, a digitalização dos processos administrativos e a promoção de soluções que contribuam para uma maior eficiência operacional, previsibilidade e competitividade da economia moçambicana.

A modernização dos sistemas de certificação e licenciamento representa um importante avanço para o sector agrícola e para o comércio internacional, reforçando os esforços nacionais de simplificação de procedimentos e integração digital dos serviços ligados ao comércio externo.

ENTREVISTA

Liderança e Visão:

Novo rumo do CEP Tete e o papel estratégico do despachante aduaneiro

A Província de Tete assume-se, cada vez mais, como um nó logístico crítico para o Corredor da Beira e para a indústria extrativa nacional. Neste cenário de rápida transformação, a liderança do Conselho Empresarial Provincial (CEP) de Tete ganha uma relevância ímpar para o Diálogo Público-Privado e para a facilitação do comércio transfronteiriço. Nesta edição, a revista O Despachante sentou-se à mesa com o Presidente do CEP Tete, António Saene. Numa conversa franca, o dirigente partilha o seu percurso desde o ingresso na carreira aduaneira, os desafios das fronteiras de Zobué, Cuchamano e Cassacatiza, e a sua visão para garantir que a classe dos Despachantes Aduaneiros seja reconhecida como um verdadeiro parceiro estratégico do Estado.

Poderia descrever, em linhas gerais, o seu percurso profissional como Despachante Aduaneiro até ao momento em que assumiu a Presidência do Conselho Empresarial Provincial de Tete?

A minha carreira profissional inicia quando me juntei à Barloworld Equipment Moçambique em 2001, no mês de agosto, depois de ter concluído a minha formação pelo Instituto Comercial de Maputo em 2000, no curso Técnico Aduaneiro. Em 2003, concorri a Despachante Aduaneiro do primeiro concurso, onde vim a tornar-me Despachante Aduaneiro, atribuído à Cédula nº DESP/030/DGA/2003, e mais tarde membro da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique, logo após a sua criação e aprovação em 2014.

A sua decisão de candidatar-se à liderança do CEP Tete sustentou-se em que fundamentos?

A fraca representatividade do Sector Privado em Tete no âmbito do Diálogo Público-Privado (DPP) foi a minha maior motivação.

Que desafios ou até lacunas específicas na representatividade da classe em Tete o levaram a concorrer à liderança do Conselho Executivo Provincial?

Conforme a resposta dada anteriormente, contudo: (i) Ausência de ações para promoção de investimento local; (ii) Fraco alinhamento no Diálogo Público-Privado; (iii) Inclusão das MPMEs na cadeia de valores dos projetos multinacionais; (iv) Divulgação da imagem institucional da CTA como órgão de representação do Setor Privado em Tete; (v) Promoção da cadeia de produção agrícola nas regiões de maior produtividade.

Que significado atribui a esta vitória eleitoral, tanto na esfera pessoal como na perspetiva institucional para o caso da Câmara dos Despachantes Aduaneiros?

A victória para o cargo de Presidente do Conselho Empresarial Provincial de Tete carrega um valor sentimental muito grande, a avaliar pelo salto qualitativo que foi alcançado enquanto profissional e empresário na busca pela preservação dos interesses da maioria no sector privado. E para o caso da CDA, con-



António Saene / Presidente do CEP Tete

fesso que foi a materialização de um sonho em ver a Câmara dos Despachantes Aduaneiros representada no mais alto órgão de representação do Sector Privado em Moçambique.

Quais terão sido, na sua opinião, os factores que determinaram a sua eleição?

Ser exemplar.

Quais são os eixos estratégicos e prioritários definidos para o seu mandato à frente do CEP Tete?

(i) Promover o DPP de forma efetiva; (ii) Promover a inclusão dos empresários no centro de tomada de decisões do setor privado; (iii) Atração de investimento interno e externo para a província.

Que iniciativas concretas pretende implementar com vista à optimização do ambiente de negócios e à facilitação do comércio na Província de Tete?

A coesão no sector é a minha principal tarefa. Empresários unidos são um verdadeiro vulcão para o crescimento da economia.

Como pretende combater, a nível local e alinhado com a CDA, o "exercício ilegal" da profissão e garantir que o Despachante Aduaneiro seja reconhecido como um parceiro estratégico do Estado na arrecadação de receitas e não apenas como um agente intermediário?

É um desafio muito grande que não depende exclusivamente da boa vontade da CTA local e da CDA, mas há uma necessidade de se estabelecer um trabalho coordenado com os diferentes actores que operam no sector do desembaraço aduaneiro de mercadorias para combate cerrado dos piratas fiscais.

Como caracteriza o contributo do Despachante Aduaneiro para a dinamização da economia local e para a eficiência da cadeia logística na região? Quais são os principais constrangimentos operacionais, regulatórios e estruturais que actualmente afectam o exercício da profissão em Tete e no território nacional?

Tete é um polo fértil e de rápido contributo para a cadeia de valores da logística e, consequentemente, a melhoria da cadeia produtiva local com efeitos indiretos para todo o país. Contudo, há necessidade de haver um direcionamento de mecanismos de apoio ao sector aduaneiro, a começar pela melhoria das infraestruturas aduaneiras, condições de segurança rodoviária e serviços de apoio aos utentes dos terminais aduaneiros.

Com a expansão dos projetos mineiros e de infraestruturas na província, de que forma o CEP Tete vai assegurar que os Despachantes locais tenham prioridade e capacidade técnica para gerir processos de elevada complexidade aduaneira?

O Despachante Aduaneiro leva vantagem na matéria de desembaraço aduaneiro de mercadorias pelo facto de viver o sistema harmonizado como a sua day-to-day task. Nisso, a CTA encarrega-se de partilhar as oportunidades com esse importante sector da economia.

Que mecanismos de concertação institucional pretende estabelecer para o reforço da cooperação entre o CEP Tete, a CDA e os demais stakeholders públicos e privados?

O Diálogo Público-Privado (DPP) e interinstitucional tem-se demonstrado eficaz no processo de concertação.

Que oportunidades identifica para promover uma maior integração institucional e a valorização técnico-profissional dos Despachantes Aduaneiros?

(i) Criação de plataformas permanentes de diálogo entre os Despachantes Aduaneiros, autoridades tributárias, portuárias e demais intervenientes do comércio externo, para fortalecer a coordenação institucional e a resolução célere de constrangimentos;



(ii) Implementação de programas de certificação e atualização contínua, garantindo maior valorização técnico-profissional e alinhamento às melhores práticas internacionais do sector aduaneiro; (iii) Promoção da digitalização e interoperabilidade dos sistemas aduaneiros, permitindo maior eficiência operacional, transparência nos processos e reconhecimento do papel estratégico dos Despachantes Aduaneiros na facilitação do comércio internacional.

Qual é a sua visão estratégica para o desenvolvimento do sector do comércio e logística na Província de Tete, a médio e longo prazo?

(i) Fortalecer as infraestruturas logísticas e os corredores de transporte da Província de Tete, promovendo maior integração comercial, redução de custos operacionais e atração de investimentos nacionais e internacionais. (ii) Incentivar a modernização do comércio através da capacitação técnico-profissional, digitalização dos processos e criação de parcerias público-privadas que impulsionem o crescimento sustentável do sector a médio e longo prazo.

De que forma os processos de transformação digital e de modernização dos procedimentos aduaneiros poderão impactar a competitividade e a conformidade do sector?

A transformação digital e a modernização dos procedimentos aduaneiros poderão aumentar a competitividade do sector através da redução do tempo de desembaraço, maior eficiência operacional e diminuição de custos logísticos, ao mesmo tempo que

reforçam a conformidade, transparência e controlo dos processos, contribuindo para um ambiente de negócios mais seguro e eficiente.

Tete é um nó logístico crítico para o corredor da Beira e para a indústria extractiva. Que medidas concretas propõe para reduzir o tempo de desembaraço e mitigar os constrangimentos nas fronteiras de Zobué, Cuchamano e Cassacatiza?

Propõe-se a digitalização integrada dos processos aduaneiros através da construção de fronteiras de paragem única, o reforço da coordenação entre as instituições intervenientes nas fronteiras, a melhoria das infraestruturas e equipamentos de inspeção, bem como a capacitação contínua dos operadores e agentes aduaneiros, de forma a reduzir o tempo de desembaraço, aumentar a eficiência logística e minimizar os constrangimentos operacionais nas fronteiras de Zobué, Cuchamano e Cassacatiza.

Que papel terá o CEP na advocacia junto do Governo provincial para a melhoria das infraestruturas logísticas e dos terminais de carga na província?

O CEP terá um papel fundamental na advocacia institucional junto do Governo provincial, promovendo o diálogo entre os sectores público e privado, apresentando propostas concretas para melhoria das infraestruturas logísticas e dos terminais de carga, bem como defendendo investimentos estratégicos que aumentem a eficiência do comércio, da mobilidade de mercadorias e da competitividade da Província de Tete.

Que mensagem institucional gostaria de endereçar à classe dos Despachantes Aduaneiros?

À classe dos Despachantes Aduaneiros, endereço uma mensagem de reconhecimento e encorajamento pelo papel estratégico que desempenham na facilitação do comércio, arrecadação de receitas e desenvolvimento económico do país. É fundamental que a classe continue unida, comprometida com a ética, profissionalismo e capacitação contínua, acompanhando os desafios da modernização e transformação digital do sector aduaneiro, para fortalecer cada vez mais a sua credibilidade e contribuição para o crescimento sustentável da Província de Tete e de Moçambique.

Que orientações de natureza técnica e deontológica considera fundamentais para os jovens profissionais que pretendem ingressar e consolidar-se na carreira de Despachante Aduaneiro?

Os jovens profissionais devem apostar na formação técnica contínua, no domínio da legislação aduaneira e das ferramentas digitais, bem como pautar a sua actuação pela ética, transparência, responsabilidade e respeito às normas profissionais. É igualmente importante desenvolver capacidade de comunicação, disciplina e compromisso com a qualidade dos serviços, para consolidar credibilidade e confiança no exercício da carreira de Despachante Aduaneiro.

Senhor Presidente, recentemente acompanhámos a realização do FEPOTE 2026. Qual é a importância estratégica deste evento para o fortalecimento do sector privado nacional e que benefícios concretos poderá trazer para os Despachantes Aduaneiros e operadores da cadeia logística?

O FEPOTE 2026 representa uma plataforma estratégica para a promoção do investimento, fortalecimento do sector privado nacional e dinamização das cadeias de comércio e logística na Província de Tete. O evento cria oportunidades de networking, parcerias institucionais e intercâmbio de conhecimentos entre operadores económicos, autoridades públicas e investidores, contribuindo para a identificação de soluções para os desafios logísticos e aduaneiros.

Para os Despachantes Aduaneiros e operadores da cadeia logística, o FEPOTE constitui uma oportunidade concreta para ampliar a sua visibilidade profissional, estabelecer novas relações de negócio, acompanhar tendências de modernização do sector e reforçar a integração com os diferentes intervenientes do comércio internacional, promovendo maior eficiência, competitividade e facilitação do comércio.



FORMAÇÃO

Excelência Técnica: Capacitação sobre Regras de Origem reforça competências à escala nacional

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA), em parceria com a Autoridade Tributária de Moçambique e o programa PROMOVE Comércio, promoveu uma acção de capacitação presencial sobre Regras de Origem de Mercadorias, abrangendo as regiões Sul, Centro e Norte do país.

A iniciativa teve como principal objectivo reforçar os conhecimentos técnicos dos despachantes aduaneiros e demais intervenientes do comércio internacional, com enfoque na correcta aplicação das regras de origem, um elemento fundamental para a atribuição de preferências tarifárias, o cumprimento das disposições aduaneiras e a facilitação do comércio.

As sessões de formação proporcionaram um espaço de aprendizagem, partilha de experiências e esclarecimento de questões práticas relacionadas com a interpretação e aplicação das regras de origem, contribuindo para a harmonização de procedimentos e para o fortalecimento das capacidades técnicas dos profissionais do sector.

A capacitação permitiu ainda aprofundar o conhecimento sobre os instrumentos que regulam o comércio internacional e os acordos preferenciais de que Moçambique beneficia, reforçando a capacidade dos despachantes aduaneiros para prestar um serviço mais eficiente e alinhado com as exigências do mercado global.

Esta iniciativa reflecte o compromisso da CDA e dos seus parceiros com a promoção da modernização, eficiência e competitividade do comércio externo moçambicano, através da capacitação contínua dos profissionais que desempenham um papel fundamental na facilitação do comércio e no desenvolvimento económico do país.





FUTURO DIGITAL

CDA participa na Conferência e Feira de Tecnologias da Organização Mundial das Alfândegas nos Emirados Árabes Unidos

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA), na qualidade de membro da Associação Internacional dos Despachantes Aduaneiros Profissionais (ASAPRA), participou na Conferência e Feira de Tecnologias da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), um dos mais importantes fóruns internacionais dedicados à inovação e modernização dos sistemas aduaneiros.

Realizado sob o lema "Agilidade Aduaneira num Mundo Complexo: Garantindo e Facilitando o Comércio por meio da Inovação", o evento reuniu administrações aduaneiras, especialistas e representantes de organizações internacionais de diversas partes do mundo para debater soluções inovadoras orientadas para o fortalecimento da segurança, eficiência e facilitação do comércio internacional.

A participação da CDA permitiu acompanhar as mais recentes tendências e avanços tecnológicos aplicados ao sector aduaneiro, com especial enfoque na digitalização dos processos, interoperabilidade dos sistemas, gestão de risco, inteligência artificial e modernização dos procedimentos de desalfandegamento.



O evento contou igualmente com a participação do Gestor da SGS, Ciro Cardoso, que interveio na qualidade de orador numa sessão dedicada às soluções digitais para a facilitação do comércio, partilhando experiências sobre a utilização da tecnologia na simplificação dos procedimentos fronteiriços e na melhoria da eficiência operacional.

A presença da CDA neste importante fórum internacional, viabilizada pela sua inserção nos órgãos de liderança mundiais da classe, reforça o compromisso com a excelência profissional e a adopção de boas práticas. Este envolvimento contribui directamente para a modernização do sector aduaneiro moçambicano e para a competitividade do comércio externo nacional.

Ao acompanhar de perto os debates e as inovações que moldam o futuro das alfândegas a nível mundial, a CDA reafirma o seu papel como parceiro activo no desenvolvimento de soluções que promovam um comércio mais seguro, eficiente, transparente e alinhado com os desafios da economia global.

CONFORMIDADE

Integridade e Controlo: Workshop aborda prevenção de crimes financeiros

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) promoveu um workshop dedicado ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas, reunindo representantes de instituições públicas e privadas ligadas ao comércio externo e ao sistema financeiro nacional.

O encontro permitiu aprofundar sobre boas praticas no exercício da actividade do Despachante Aduaneiro.

Foram abordadas as exigências legais e regulamentares relacionadas com a prevenção do branqueamento de capitais, destacando-se a importância do cumprimento das normas nacionais e dos padrões internacionais de conformidade.

Os participantes reflectiram sobre as responsabilidades dos intervenientes no processo de desembaraço, em matérias como a identificação e verificação de clientes, conservação documental, monitoria de operações e comunicação de situações suspeitas, reconhecendo o papel estratégico dos despachantes na promoção da transparência e integridade das operações comerciais.

O workshop constituiu ainda uma oportunidade para discutir desafios operacionais relacionados com os procedimentos de controlo cambial, a digitalização dos processos e a necessidade de harmonização de práticas entre as diferentes instituições intervenientes.

Como principal conclusão, foi reafirmada a importância do reforço da capacitação dos operadores, da cooperação interinstitucional e da uniformização de procedimentos, como factores essenciais para garantir maior segurança jurídica, transparência e eficiência nas operações de comércio internacional.

INTERCONECTIVIDADE

Delegação de Moçambique Integra Fórum Global da OMA na Bélgica

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) marcou presença, atendendo ao convite da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), no Fórum Global sobre Interconectividade na Origem — um evento de alto nível que reuniu altos representantes de administrações aduaneiras, especialistas e organizações de diferentes partes do mundo para debater os desafios e oportunidades associados à modernização dos sistemas aduaneiros.

A delegação da CDA liderada pela Presidente da instituição, Salmate Chuaibo, integrou igualmente Pedro Saulosse, membro do Conselho Directivo, e Delfim Rosita Manuel, membro da agremiação.

O fórum constituiu um espaço privilegiado de concertação e intercâmbio sobre matérias estruturantes, tais como a interoperabilidade dos sistemas de origem, a troca electrónica de dados, a transformação digital das administrações e o estreitamento da cooperação no domínio aduaneiro.



A inserção da CDA neste palco de excelência atesta o prestígio internacional da instituição e chancela o seu compromisso com a actualização permanente dos seus associados, a promoção da inovação e a assimilação das boas práticas globais aplicáveis ao sector aduaneiro.

Ao alinhar-se com as macrotendências que redesenham as alfândegas à escala global, a CDA consolida-se como um actor fulcral na modernização dos processos, na facilitação do comércio e no incremento da competitividade de Moçambique no cenário internacional.

Esta participação regular nos fóruns da OMA potencia o estreitamento das relações institucionais com organizações congéneres, assegurando ao país uma voz mais activa e influente nos debates sobre as políticas e instrumentos que governam o comércio mundial.

PROJECÇÃO GLOBAL

Na Cúpula Mundial dos Despachantes: CDA expande influência na conferência da IFCBA no Japão

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA), membro da International Federation of Customs Brokers Associations (IFCBA), participou na Conferência Internacional daquela organização, um dos mais relevantes fóruns mundiais dedicados à actividade dos despachantes aduaneiros e à facilitação do comércio internacional.

Realizada sob o lema "O Valor das Conexões Estratégicas dos Despachantes Aduaneiros", a conferência reuniu representantes de associações profissionais, especialistas e líderes do sector provenientes de diferentes países, proporcionando um espaço privilegiado para o intercâmbio de experiências, partilha de conhecimentos e discussão dos desafios e oportunidades que moldam o futuro da actividade aduaneira.

A delegação da CDA foi chefiada pela Presidente da instituição, Salmate Chuaibo, e integrou membros dos órgãos sociais e representantes da classe, evidenciando o compromisso da Câmara com o fortalecimento da sua participação nos principais fóruns internacionais da profissão.

Importa destacar que a CDA se encontra igualmente representada nos órgãos directivos da IFCBA através Salmate Chuaibo, Presidente da CDA e Pedro Chissico, Presidente do Conselho Deontológico e Fiscalizador, facto que demonstra o reconhecimento internacional da capacidade técnica e institucional dos despachantes aduaneiros moçambicanos.

A participação da CDA neste importante fórum internacional reforça o seu compromisso com a cooperação global, o fortalecimento das redes estratégicas entre profissionais do sector e a promoção do aperfeiçoamento contínuo da profissão. Simultaneamente, contribui para a modernização das práticas aduaneiras, para a adopção de padrões internacionais e para a valorização do papel dos despachantes aduaneiros como intervenientes fundamentais na facilitação do comércio e no desenvolvimento económico.



Através da sua presença activa na IFCBA e noutras organizações internacionais, a CDA continua a afirmar-se como uma instituição dinâmica e comprometida com a representação dos interesses dos seus membros, promovendo a integração de Moçambique nos debates globais sobre comércio, logística e modernização aduaneira.

JUSTIÇA ADUANEIRA

Transparência e Eficiência: Tribunal de Sofala e CDA estreitam cooperação institucional

A Delegação Centro da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) recebeu uma visita de cortesia do Tribunal Aduaneiro da Província de Sofala, num encontro que evidenciou o compromisso das duas instituições em reforçar os laços de cooperação e promover um ambiente aduaneiro cada vez mais eficiente e transparente.

O encontro proporcionou uma oportunidade para o aprofundamento do diálogo institucional e para a troca de impressões sobre matérias de interesse comum relacionadas com a actividade aduaneira, a aplicação da legislação vigente e os mecanismos de resolução de litígios no domínio aduaneiro.

Durante a reunião, foi destacada a importância do Tribunal Aduaneiro enquanto órgão responsável pela apreciação e resolução de conflitos decorrentes da aplicação da legislação aduaneira, desempenhando um papel fundamental na garantia da segurança jurídica e da justiça no sector.

Por sua vez, os representantes da CDA sublinharam a relevância do fortalecimento das relações institucionais entre as duas entidades, considerando que a cooperação permanente entre os diversos intervenientes do sistema aduaneiro contribui para a melhoria dos serviços prestados aos operadores económicos e para o desenvolvimento de um ambiente de negócios mais previsível e eficiente.



A visita constituiu igualmente uma oportunidade para reforçar o conhecimento mútuo sobre as atribuições e desafios de cada instituição, promovendo uma maior aproximação entre o Tribunal Aduaneiro e os profissionais que actuam diariamente na facilitação do comércio internacional.

A CDA considera que iniciativas desta natureza são fundamentais para o fortalecimento do diálogo institucional e para a consolidação de uma cultura de cooperação entre os diferentes actores do sector aduaneiro, contribuindo para a modernização dos processos, a promoção da legalidade e o desenvolvimento sustentável do comércio externo moçambicano.



SEGURANÇA

Acesso Regulado: Emissão anual de crachás reforça controlo nos recintos aduaneiros

No âmbito das suas atribuições e do compromisso com a legalidade e profissionalização da actividade aduaneira, a Câmara dos Despachantes Aduaneiros (CDA) procede, anualmente, à emissão de crachás de identificação destinados aos seus membros, ajudantes e praticantes.

Após a emissão, as listas dos portadores devidamente credenciados são remetidas às Direcções e aos Terminais das Alfândegas, permitindo a actualização dos registos e o controlo rigoroso do acesso aos recintos aduaneiros.

Esta iniciativa visa contribuir para a eliminação da presença de indivíduos não autorizados na tramitação de processos de despacho e desembaraço aduaneiro, reforçando a segurança, a transparência e a integridade das operações aduaneiras.

A medida enquadra-se no cumprimento do disposto no Decreto n.º 90/2023, de 29 de Dezembro, que aprova o Regulamento do Exercício da Actividade de Despacho Aduaneiro de Mercadorias, e, em particular, no artigo 9.º, relativo à identificação dos intervenientes autorizados para o exercício da actividade e acesso aos recintos aduaneiros.

Com esta acção, a CDA reafirma o seu compromisso com a organização da classe, a observância da legislação vigente e a colaboração permanente com as Alfândegas de Moçambique na promoção de um ambiente aduaneiro mais seguro, transparente e profissional.







LUSOFONIA

Intercâmbio de Experiências: CDA partilha modelo institucional com as Alfândegas de São Tomé e Príncipe

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) manteve um encontro de trabalho com as Alfândegas de São Tomé e Príncipe, no âmbito dos esforços de cooperação e intercâmbio de experiências entre instituições ligadas ao sector aduaneiro nos países de língua portuguesa.

O encontro teve como principal objectivo a partilha de conhecimentos sobre a constituição, estrutura organizacional e funcionamento da CDA, enquanto entidade representativa dos despachantes aduaneiros em Moçambique, bem como a sua experiência na promoção, organização e valorização da profissão.

Durante as discussões, a CDA apresentou o seu modelo de funcionamento institucional, os mecanismos de representação da classe, as iniciativas de capacitação profissional e as formas de articulação com as autoridades aduaneiras e demais intervenientes da cadeia logística e do comércio internacional.

A troca de experiências teve igualmente como propósito apoiar os esforços de fortalecimento institucional da Associação dos Despachantes de São Tomé e Príncipe, contribuindo com subsídios e boas práticas que possam auxiliar no desenvolvimento e consolidação da actividade naquele país.

Esta iniciativa evidencia o reconhecimento da experiência acumulada pela CDA ao longo dos anos e reforça o seu papel como referência regional na organização e representation da classe dos despachantes aduaneiros. Ao mesmo tempo, contribui para o fortalecimento da cooperação entre os países lusófonos, promovendo a partilha de conhecimentos e a adopção de boas práticas que favoreçam a facilitação do comércio e a modernização dos sistemas aduaneiros.

Através deste tipo de intercâmbio, a CDA reafirma o seu compromisso com a cooperação internacional, a valorização da profissão e a promoção de um sector aduaneiro cada vez mais eficiente, moderno e alinhado com os desafios do comércio global.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Corredores Logísticos Eficientes: CDA recebe delegações da TASAC e do IFEPOM

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) recebeu uma delegação da Tanzania Shipping Agencies Corporation (TASAC) e do Instituto Ferro-Portuário de Moçambique (IFEPOM), no âmbito de uma visita institucional orientada ao reforço da cooperação entre Moçambique e a Tanzânia nos sectores portuário, logístico e aduaneiro.

A visita constituiu uma importante oportunidade para o intercâmbio de experiências e boas práticas relacionadas com a regulação dos serviços logísticos, marítimos e aduaneiros, bem como para a identificação de desafios comuns enfrentados pelos dois países no contexto da facilitação do comércio regional.

Durante o encontro, foram abordadas matérias ligadas à harmonização dos processos regulatórios, à melhoria dos mecanismos de comunicação entre os intervenientes da cadeia logística e ao fortalecimento da cooperação entre operadores, reguladores e despachantes aduaneiros.

A iniciativa decorreu num ambiente de diálogo construtivo e cooperação institucional, reafirmando o compromisso das partes com a modernização, eficiência e integração do sector logístico na região.

Para a CDA, este tipo de intercâmbio representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a sua participação nos processos de facilitação do comércio, promover a partilha de conhecimento técnico e contribuir para o desenvolvimento de soluções que tornem os corredores logísticos regionais mais eficientes, competitivos e integrados.

COBERTURA

O Mapa da agremiação: A Representatividade Nacional e as Linhas de Actuação da CDA

A Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA) constitui a entidade máxima responsável pela representação, organização e defesa dos interesses da classe dos despachantes aduaneiros em todo o território nacional.

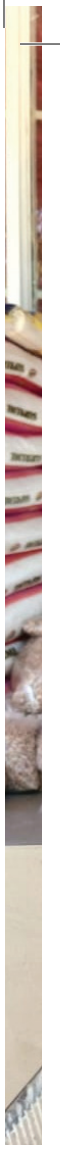
Com sede localizada na Região Sul, cidade de Maputo, a instituição estende de forma efectiva a sua actuação às demais regiões do país. Esta descentralização operacional é assegurada através das suas representações activas na cidade da Beira, para a Região Centro, e na cidade de Nacala, para a Região Norte, garantindo uma presença próxima dos seus membros e uma resposta célere e adequada às especificidades de cada região logística.

Actualmente, a CDA congrega um total de 216 membros distribuídos por diferentes categorias profissionais:

- Despachantes Aduaneiros Independentes;
- Despachantes organizados em sociedades;
- Despachantes na qualidade de Administradores de Empresas;
- Despachantes Assalariados.

Esta rica diversidade de perfis profissionais reflecte a abrangência e a forte representatividade da instituição no sector aduaneiro nacional. Reúne profissionais dotados de vasta experiência e competências que desempenham um papel crucial na facilitação do comércio internacional, no estrito cumprimento das obrigações aduaneiras e na promoção da eficiência de todas as cadeias logísticas do país.

Através da sua sólida estrutura organizacional e da sua presença física nas diferentes regiões, a CDA continua firmemente empenhada em promover a valorização da profissão, a capacitação contínua dos seus membros e o fortalecimento do sector aduaneiro global, contribuindo activamente para o desenvolvimento económico e para a competitividade de Moçambique no comércio internacional.





RESPONSABILIDADE SOCIAL

Solidariedade em Acção: CDA Apoia Vítimas das Cheias

Na sequência das cheias que afectaram o país, a Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA), no âmbito da sua responsabilidade social, promoveu duas acções de assistência humanitária em apoio às famílias acolhidas em centros de acomodação temporária.

As iniciativas tiveram lugar no Centro de Acolhimento da Escola Primária Completa Maxaquene C e no Centro de Acolhimento da Escola Secundária Gwaza Muthini, no Município de Marracuene, Província de Maputo, beneficiando centenas de pessoas afectadas pela calamidade.

Com estas acções, a CDA reafirmou o seu compromisso com a solidariedade, cidadania e responsabilidade social, contribuindo para apoiar as comunidades em situação de vulnerabilidade e demonstrando que a união e a entre-ajuda são essenciais para enfrentar momentos de adversidade.

CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique

Lista Geral de Despachantes Aduaneiros de Moçambique

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Carlos F. Filomeno da Gama Afonso	000100010912	S	Maputo
Hussene Bay Nalagy	000200020912	S	Maputo
Ester Fátima Magaia Timóteo	000402951115	S	Maputo
Victor Nelson Matos de Sousa	000900060912	I	Maputo
Bruno Miguel José Moça	001000070912	S	Manica
Aline Magda de S. Gama Afonso	001100080912	S	Maputo
Albino Sebastião Grumor Dimene	001200090912	I	Nacala
Alberto Paulo Malache	001300100912	S	Maputo
Angelino Rodriguês Nhacalangue	001400110912	S	Maputo
Armindo Fernando Tinga	001500120912	S	Maputo
Roberto Azarias Nhate	001600130912	S	Nacala
Carlos Miguel Panguana	001700140912	S	Maputo
Vicente Ouana	001900160912	I	Pemba
Rui Eduardo Paredes da Silva	002000170912	S	Maputo
Osvaldo Raimundo Luís Nguirazi	002100180912	I	Maputo
Élia Elisabeth André dos Reis Manhiça	002202980216	I	Maputo
Feliciano Raimundo Mataveia	002303120618	I	Maputo
Júlia Carrilho Almeida da Silva	002400210912	I	Maputo
Florentina Vírgilio Alberto	002500220912	I	Maputo
Dina Sofia Mogne Issá Mussá	002600230912	I	Maputo
Maysa Paula Aleixo de P. F. Albasini	002800250912	S	Maputo
Catija Hussene Nalagy	002900260912	S	Maputo

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Ester Fátima Ngove Muchope	003000270912	I	Maputo
Lino Zacarias Massicane	003100280912	S	Maputo
Salmate Chuaibo Daud	003203360921	I	Maputo
Orlanda Silvestre Zandamela D. Anjos	003303151118	I	Maputo
Eduarda Paula Paredes da Silva	003400310912	S	Maputo
Adelina Raimundo Zango	003502760615	I	Maputo
Adriana Nália Savanguana	003600330912	S	Maputo
Humberto B. A. Guibunda	003700340912	S	Maputo
Mirage Camal	003800350912	I	Maputo
Flora Macuvele	004000370912	I	Maputo
Adel Muage Weng	004100380912	I	Maputo
Maria Helena Melembe	004200390912	A	Maputo
Pedro Armando Sicobell Chissico	004303420824	I	Maputo
Zulfa Hussene Nalagy	004400410912	S	Maputo
Ana Rosalia de Sousa	004500420912	A	Beira
Anselmo Luís Daná	004600430912	I	Maputo
David Alexandre Dimande	004700440912	S	Maputo
Marcelino Abel Cardoso Nameli	004802520414	I	Maputo
Nuno André Nehemia	004900460912	S	Maputo
Henriqueta Luís Chiandela	005000470912	E	Maputo
Alexandre M. Muianga	005100480912	S	Maputo
Abdul Carimo Mamade Issufo	005200490912	I	Maputo

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

I - Despachantes Aduaneiros Independentes;
S - Sócios de Sociedade de Despachantes Aduaneiros;
E - Empregado de Despachante Aduaneiro que não pode submeter declarações;
A - Despachantes Aduaneiros Assalariados de Empresas que só podem apenas intervir no desembaraço aduaneiro de mercadorias consignadas directamente ás entidades que os assalariam, não sendo consideradas "directamente consignadas" as que por qualquer razão, receberam endosso relativo;
Z - Administradores de Empresas.

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Moisés Mário Cumbane	005303020616	A	Maputo
Sérgio Angelo Guambe	005400510912	S	Maputo
José Mateus Manuel	005500520912	I	Maputo
Juldio Ernesto Faife	005700540912	I	Maputo
Mafalda Luís Amado	005800550912	S	Maputo
Dilavar Hussen Issufo	006100580912	Z	Nampula
Adolfo Manuel da Silva Correia	006200590912	Z	Maputo
Samuel Arone Mandlate	006300600912	Z	Maputo
Filipe Victor Guiamba	006400610912	I	Maputo
Armindo da Silva Hamene	006502800715	I	Maputo
Sábito Joaquim Romeu	006700640912	S	Maputo
Georgina Sónia Chaúque	006800650912	I	Maputo
Pedro Ausêncio Bonifácio Saulosse	006900660912	I	Maputo
Célia Abílio Saete	007000670912	S	Maputo
Eva Lazaro Massingue	007100680912	S	Maputo
Manuel Roberto	007302500414	Z	Maputo
Nelson Filipe Monjane	007403390822	I	Maputo
Alice Teresa Pereira Shuman	007500740313	I	Maputo
Sofia Mavoja António Simango	007603101117	I	Maputo
Sérgio Almeida Matine Nhaca	007702450414	I	Maputo
Edson Clarêncio Uamusse	007800770313	I	Maputo
Pedro António Jamisse Massunda	007900780313	I	Maputo

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Romeu Obadias Madime	008000790313	I	Maputo
Abdala Ossiela Tomé Mebeué	008102440414	S	Maputo
Alfredo Castigo Vasco Matsinhe	008200810313	I	Maputo
Dixon John Noé Chongo	008303420925	S	Maputo
Mauro Danilo Monteiro F. Pereira	008400830313	S	Beira
Alexandre José Uele Meque	008500840313	A	Beira
David João Assunção Mucare	008600850313	I	Maputo
Labão Alfredo de Assunção José	008700860313	I	Maputo
Mariamo Francisco Mourana	008802580414	I	Maputo
Deca Fernando Tito	008903190319	I	Nacala
Maria Stela F. Fumo Nhanombe	009000890313	I	Nacala
Abdul Karim Osman	009102640514	I	Tete
Rodrigues Samgi	009202560414	I	Maputo
Carlos José Manhiça	009502550414	I	Maputo
Fernando Sivane Timbe	009600950313	I	Maputo
Félix Américo G. Timbe	009700960313	I	Maputo
Simão Inácio Cossa	009803220819	I	Maputo
João Chamisso Pholo	009901980613	I	Pemba
António Carlos Funzamo Tivane	010000980313	I	Maputo
Clemente Ciro Justino	010100990313	I	Beira
Elsa Anita Baptista	010201000313	I	Maputo
Francisco Rafael	010301010313	I	Quelimane

CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique

Lista Geral de Despachantes Aduaneiros de Moçambique

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Bernardo Xavier Foquiço	010401020313	I	Maputo
Martinho David Macuacua	010501030313	I	Maputo
Jorge Xlhone	010602990216	I	Maputo
Roberto Pedro José Anselmo	010701050313	E	Maputo
Carlos João Marambige	010803200319	I	Maputo
Mário Ernesto Marronco	010901070313	I	Beira
Júlio Pascoal Vilanculos	011001080313	I	Maputo
António Américo Manhiça	011102900915	A	Maputo
Paulino Mungone Timana	011201100313	I	Maputo
Dário Francisco	011403080617	I	Nacala
Abílio de Lobão Soeiro Júnior	011503320221	I	Maputo
Madalena dos Anjos Chambul	011801160313	Z	Maputo
Sheila Albertina Hassan Mahomed	011801160313	I	Maputo
António Majossane Bila	012102960116	I	Maputo
Adriano Lucas Faduco	012202730515	S	Maputo
Rui de Sousa Gabriel Chelene	012301210313	I	Pemba
Manuel A. Santos e Meneses Cabral	012401220313	I	Beira
Mamad Anifo Alimamad Issá	012602480414	S	Tete
Gabriel Salomão Nhancale	012703130618	I	Maputo
Nilza Manuel Santana Portugal	012801260313	I	Maputo
Salvador João Matavel Júnior	013003240919	A	Tete
Marta Jacinto Cossa	013101290313	I	Maputo

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Casimiro Ernesto Alberto Mendonça	013201300313	S	Maputo
Domingos António Mateus	013401320313	I	Maputo
Sílvia Sarmento Guiliche	013502630514	I	Nacala
Joaquim M. Mateus Manguaiana	013601340313	I	Beira
Paulino José Mourinho	013701350313	I	Maputo
Nelson Joaquim José Rede	013801360313	I	Maputo
Felizardo Silvano Manhique	013901370313	I	Maputo
Gardino João Txopela	014101390313	I	Pemba
Nelson Caetano Coutinho Luís	014201400313	I	Beira
Américo Luís Banda	014301410313	I	Maputo
Alexandre Júlio Sumbana	014502460414	S	Maputo
Victor Manuel Nhaule	014703371021	S	Maputo
Eurico Sebastião Uamusse	014802470414	S	Beira
Horácio Bentuel Massalane	014901470313	S	Nampula
Luís Dias Milagres Tivane	015101490313	I	Maputo
Elton Narciso Comissário Jonace	015201500313	I	Beira
Felismino Luís Filipe Matenge	015301510313	I	Maputo
Arlindo Cumbe	015602910915	I	Maputo
Elvira Adelaide da Silva	015701540313	I	Maputo
Jorge Jacinto Bambo	015801550313	I	Maputo
Elídio Armando Arone	015901560313	I	Maputo
Hermenegildo Vasco Muchuane	016001570313	I	Maputo

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

I - Despachantes Aduaneiros Independentes;
S - Sócios de Sociedade de Despachantes Aduaneiros;
E - Empregado de Despachante Aduaneiro que não pode submeter declarações;
A - Despachantes Aduaneiros Assalariados de Empresas que só podem apenas intervir no desembaraço aduaneiro de mercadorias consignadas directamente ás entidades que os assalariam, não sendo consideradas "directamente consignadas" as que por qualquer razão, receberam endosso relativo;
Z - Administradores de Empresas.

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Gilda Salete José Chioco	016101580313	I	Maputo
Agostinho Matavele	016201590313	I	Maputo
Mário Manuel Matique	016303420125	A	Beira
Isac Jacinto Muando	016401610313	I	Maputo
Júlio Pedro Sitoe	016501620313	I	Maputo
Delfim Rosita Manuel	016601630313	I	Maputo
Amâncio Anastácio Muianga	016701640313	I	Maputo
Celeste Milagrosa Matusse Gomes	016901660313	I	Maputo
Fanuel Samuel Paunde	017301690313	I	Maputo
Elias Filipe Fumo	017401700313	I	Maputo
Benjamim Luís Gravata	017501710313	I	Tete
Angelina António Moiana	017601720313	I	Maputo
Zefanias Luanica Ndimande	017703090617	I	Maputo
Muhammad Al-amin Flór Langa	017801740313	I	Maputo
Pedro Alfredo Sabonete Vilanculos	017901750413	S	Maputo
Isaías Pechisso Chijumane	018001760413	S	Nacala
Manuel Jaime Hambucane	018101770413	S	Maputo
José Domingos Mazuze	018201780413	I	Maputo
Judite Fernando da Silva	018302970116	S	Maputo
Filipe Serafim Mutisse	018401800413	I	Maputo
Arnaldo Caçaldo Wate	018502680914	I	Nacala
Emídio Agnaldo Mabjaia	018602430414	S	Maputo

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Acácio Chamusse Cuambe	018701830413	I	Maputo
Lucas Zingai Quembo Nhandiro	018801840413	A	Beira
Zacarias Miguel Mabunda	018901850413	A	Maputo
Eleutério Tsongole Joaquim	019002420414	I	Nampula
Jacinta Florbela Moreira Nalochila	019103350821	S	Maputo
Hermínio Paulo Macuiane	019301890413	S	Maputo
Florêncio Paulo Matola	019401900413	S	Maputo
Felismino Elias Macamo	019501910413	S	Quelimane
Adélio Tiago Assane	019701930413	S	Maputo
Vasco Matsinhe	019801940413	S	Maputo
Julieta Constatino Machatine	019901500413	S	Maputo
Angélica Maria Quia Palate	020101990613	I	Maputo
Felizardo João Nhambe Júnior	020202000613	I	Beira
Abílio José Francisco Gimo	020302010613	S	Manica
Alberto Lapissone Dick	020101990613	I	Maputo
Manuel Francisco Nhamizinga	020202000613	I	Beira
Francisco Valente Coana	020302010613	S	Manica
Mamed Charif Amad Ussen	020402020613	I	Maputo
Acácio Botão F. Gonçalves	020602530414	S	Maputo
João Manuel Quicimusso	020702050613	Z	Beira
Sérgio Alfredo Macandza	020802060613	Z	Manica
Raquel Inácio Simbine	020902070613	I	Beira

CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique

Lista Geral de Despachantes Aduaneiros de Moçambique

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Joaquim Vidigal Franck	021002080613	I	Maputo
Custódio Alfredo	021202100613	I	Maputo
António Manuel Mapie	021303020616	I	Beira
Guilherme Júlio Mabjeca	021403350521	I	Maputo
Raquel Armando Cumbana	021502690914	I	Maputo
Fídel João Henriques	021602140613	I	Maputo
Manuel Leopoldo Ricardo Binana	021702150613	I	Maputo
Moníz Manuel Nguenha	021802160613	I	Maputo
Baptista Alvião Gomes	021902170613	I	Maputo
José Jó Tomo Pantie	022102190913	I	Maputo
Arlindo Alexandre Pondja	022202200913	I	Maputo
Luís António Dias	022302210913	I	Nacala
Francelino Armando Mangue	022402220913	I	Maputo
Danilo Edgar Jane Martins Morgado	022502230913	I	Tete
Pedro Bernardo Tualufo	022602240913	I	Maputo
Gervásio Armando Jeremias Lifaniça	022702250913	I	Nacala
Anastâcio Dinís Dinas	022803290620	I	Nampula
Henriqueta Matilde José Naueia	022902270913	S	Maputo
Sérgio Henrique Tembue	023002280913	I	Maputo
Lucas Pedro Seth Langa	023302310913	I	Maputo
Múcio Manuel Cuna Tchebete	023402320913	A	Matola
César Abílio Essau	023603251019	A	Matola

NOME	CARTEIRA PROFISSIONAL	SIT.	PROV.
Pascuinha José Armando Cassimo	024002380913	I	Nacala
Abdul Gafar Esmail	024202400414	Z	Beira
António Domingos Saene	024302410920	S	Tete
Agige Abdala	024402600514	Z	Maputo
Francisco Joaquim Q. Panchoneia	024602620514	I	Maputo
Edgar Ricardo	024702700215	Z	Maputo
Rogério Rafael Tembe	024803411022	I	Nacala
Rogério de Vasconcelos Texeira	024902750515	Z	Maputo
Abdul Rahimo Sulemane Chirida	025303301120	I	Nacala
Artur Sérgio de Noronha Assubuji	025603070417	S	Maputo
Celso Africano Camplé	025703141018	I	Maputo
Joaquim José Furado de Oliveira	025803161218	Z	Maputo
Momade Arif Rajahussen Gulamo	025903171218	Z	Nacala
Valeriano da Cruz Sabão	026103270320	I	Maputo
Nelson Valimamade Ginabay	026203280520	I	Maputo
Agostinho Alberto Massangaia	026303290920	I	Maputo
Marcelo António Vitor dos Santos	026403311220	I	Maputo
Raimundo Salvador Chaúque	026503411223	I	Maputo

CÂMARA DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DE MOÇAMBIQUE

Por um Câmara coesa, interventiva e próspera